

A COMPETIÇÃO ESTRATÉGICA GLOBAL, O LUGAR DA AMÉRICA DO SUL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O BRASIL

GLOBAL STRATEGIC COMPETITION, SOUTH AMERICA AND STRATEGIC IMPLICATIONS FOR BRAZIL

LÍVIA PERES MILANI

RESUMO

O objetivo neste ensaio é analisar implicações geopolíticas para o Brasil advindas da presença de potências extrarregionais na América do Sul. Os objetivos específicos são: i) caracterizar as transformações recentes da Política Internacional, marcada pela intensificação de rivalidade entre grandes potências, ii) entender como tais potências se posicionam em relação à América do Sul e iii) apontar algumas das implicações estratégicas deste contexto para o Brasil. O texto está dividido em três seções: na primeira, são discutidas formas de caracterizar a Política Internacional Contemporânea, a partir das noções de “nova guerra fria”, “crise da ordem liberal internacional” e “competição estratégica”. Na segunda seção são analisados documentos do planejamento estratégico de grandes potências, buscando entender como as relações entre elas e com a América do Sul aparecem. Na terceira parte, pontuam-se algumas implicações estratégicas para o Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Competição Estratégica; Potências Extrarregionais na América do Sul; Política Externa Brasileira.

ABSTRACT

This essay aims to analyze geopolitical implications for Brazil arising from the presence of extra-regional powers in South America. The specific objectives are i) characterizing the recent transformations in International Politics regarding the intensification of rivalry between great powers, ii) understanding how major powers conduct their relations with South America, and iii) pointing out strategic implications of this context for Brazil. The text divides into three sections: firstly, it discusses the characterization of Contemporary International Politics, examining the notions of the “new cold war”, “crisis of the international liberal order”, and “strategic competition.” The second section analyzes strategic planning documents from great powers and seeks to understand how the relations between them, and their connections with South America, appear. The third part points out some strategic implications for Brazil.

KEYWORDS: Strategic Competition; Extra-regional Powers in South America; Brazilian Foreign Policy.

A AUTORA

Doutora em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” (Universidade Estadual Paulista - UNESP/Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP). Pesquisadora contratada do Núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (NEP -CEEEX) no ciclo 2023-2024.



1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem havido um acirramento da competição e das rivalidades entre grandes potências em âmbito global, manifestada com maior intensidade na região Ásia-Pacífico, mas com implicações estratégicas para os países latino-americanos (Bernal-Meza, 2020; Brands; Berg, 2021; Gardini, 2021). Considerando este contexto, o objetivo deste ensaio é analisar implicações geopolíticas para o Brasil advindas da presença de potências extrarregionais na América do Sul. Os objetivos específicos são: i) caracterizar as transformações recentes da Política Internacional, marcada pela intensificação de rivalidade entre grandes potências, ii) entender como tais potências se posicionam em relação à América do Sul e iii) apontar algumas das implicações estratégicas para o Brasil advindas deste contexto.

O texto está dividido em três seções: na primeira, busca-se caracterizar o momento atual da Política Internacional e são discutidas três expressões que vêm sendo empregadas pela academia, por tomadores de decisão e pela mídia como formas de denominar o momento contemporâneo, são elas: “nova guerra fria”; “crise da ordem liberal internacional” e “competição estratégica”. Esta sessão apresenta as limitações dessas expressões e opta pela utilização do terceiro termo.

A seguir, são analisados documentos declaratórios de Política Externa e de Segurança de potências com influência regional. Foram selecionados os Estados Unidos da América (EUA), Rússia, China, União Europeia (UE), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e Reino Unido. Na leitura dos documentos, buscamos entender como a competição estratégica e as relações bilaterais entre potências aparecem e de quais formas a América do Sul é descrita.

A última sessão traz considerações dos estudos de Política Externa Brasileira, as quais, à luz das estratégias de grandes potências, permitem averiguar como o cenário de instabilidade global impacta as possibilidades estratégicas do país. Por fim, são traçadas algumas considerações finais.

2 A POLÍTICA INTERNACIONAL EM TRANSIÇÃO E A COMPETIÇÃO ESTRATÉGICA

Nos últimos anos, a política internacional tem sido marcada pelo acirramento das rivalidades entre Estados Unidos – em conjunto com a OTAN – e países (re)emergentes, como são os casos de China e Rússia. A caracterização deste fenômeno está em debate na literatura acadêmica, sendo que alguns jornalistas, acadêmicos e políticos tratam a discussão como “nova guerra fria”, enquanto outros se referem à “crise da ordem liberal internacional” (Cooley; Nexon, 2020; Ikenberry, 2018) ou se reportam a uma “competição estratégica” (Brands; Berg, 2021; United States, 2022). Estas três caracterizações têm limitações e problemas – como será apresentado a seguir – e carregam visões de mundo ocidentais embutidas, já que foram formuladas e são discutidas nos Estados Unidos e na Europa. Contudo, uma breve discussão sobre esses conceitos auxilia a compreensão do momento atual.

Utilizar a expressão “nova guerra fria” implica uma comparação explícita entre as disputas EUA-China e o momento histórico marcado pela disputa URSS-EUA, o que gera falsos correlatos. Há significativas diferenças entre aquele período e o atual: em primeiro lugar, há importante interdependência econômica entre China e Estados Unidos e, apesar da política de desacoplamento promovida pela administração Joe Biden, a sua aplicação bem-sucedida ainda não é fato concretizado. No período da Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética formavam blocos econômicos bem delimitados, com pouca integração comercial; hoje a China é um dos maiores parceiros comerciais

dos Estados Unidos (Xing; Bernal-Meza, 2021).

O diagnóstico de bipolaridade¹ tampouco é preciso no momento atual, como fica claro pela relevância de potências como Rússia – com o maior arsenal nuclear do globo – e com a ascensão econômica de outros países, como a Índia, que hoje conta com o quarto maior orçamento de defesa em termos globais (Tian *et al.*, 2023). Há, na verdade, falta de consenso sobre como caracterizar o sistema internacional em termos de polaridade. Além disso, hoje não há competição ideológica na mesma medida, uma vez que – apesar de ser governada pelo partido comunista – a China aderiu à economia de mercado e a Rússia realizou a transição completa ao capitalismo.

Atualmente os alinhamentos são mais frouxos e não há paralelos com as alianças permanentes que marcaram a Guerra Fria. A partir dos anos 1990, além das alianças militares tradicionais – permanentes e com tratados formais entre os Estados –, outras formas mais frouxas de alinhamento ganharam importância, como as parcerias estratégicas, mais flexíveis, ad-hoc e sujeitas a mudanças (Wilkins, 2012). Como colocado por Stallings (2023, p. 52, tradução livre): “a situação atual é que não há aliados permanentes: praticamente todos os países estão em jogo”, o que igualmente ocorre nas vizinhanças das maiores potências. No caso da Europa, o alinhamento militar com os Estados Unidos convive com a interdependência em relação à China.

Portanto, no que se refere às áreas de influência, também há diferenças em relação ao período da Guerra Fria. Hoje os Estados Unidos mantêm importante presença militar em países geograficamente próximos à China, como Coreia do Sul ou Japão, além da bastante conhecida expansão da OTAN para a Europa Central. Rússia e China tem incipiente projeção econômica e/ou estratégica na América Latina, o que tem causado apreensão aos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos mantêm sua primazia no campo militar e possuem capacidade de projeção estratégica global. Escrevendo no início dos anos 2000, Barry Posen (2003) entende que as bases militares da primazia dos Estados Unidos são estabelecidas com base no comando de áreas comuns do globo (command of the global commons): os oceanos, o espaço aéreo e o espaço cósmico. Nestas áreas, não há soberania e elas possibilitam o acesso para outras regiões, são espaços nos quais os Estados Unidos desenvolvem a maior parte das atividades militares e têm capacidade de negar o acesso de outras potências (Posen, 2003).

Embora Rússia e China promovam ações com o potencial de relativizar o domínio norteamericano nas áreas comuns do globo – como os programas de exploração espacial e a busca de controle de águas geograficamente próximas aos seus territórios – os EUA ainda mantêm a primazia em termos globais. Um indicador, ainda que imperfeito, da primazia militar dos Estados Unidos são seus gastos militares: em 2022, foram de 877 bilhões de dólares, correspondendo a 39% do total mundial, enquanto a China alocou 292 bilhões de dólares (13% do total mundial) para a Defesa e a Rússia 86,4 bilhões (3,9% do total mundial) (Tian *et al.*, 2023).

Assim, a ideia de “nova guerra fria” é imprecisa, pois há muitas diferenças entre o momento atual e o passado.

A perspectiva de crise da ordem liberal internacional (Cooley; Nexon, 2020; Ikenberry, 2018), por sua vez, ajuda a desvendar que os mecanismos de governança global foram constituídos sob a liderança dos Estados Unidos, o que tende a reforçar sua hegemonia global. Valores e formas de governo hegemônicas, como democracia e direitos humanos, que guiam as propostas de Organizações

¹O emprego do termo bipolaridade refere-se aqui à distribuição de capacidades materiais concentrada em duas potências que se comportam como os principais atores de um sistema internacional.

Internacionais, tem origem no Ocidente. Esses valores compõem a ordem liberal internacional, o que decorre na busca pela expansão global de formas de governo e normas com origem no Ocidente. Há discussão sobre se a crise de liderança dos Estados Unidos leva à tribulação desta dimensão normativa ou se seria possível preservar a ordem liberal em um contexto de diminuição do poder dos EUA (Cooley; Nexon, 2020; Ikenberry, 2018).

Os Estados Unidos e Europa também possuem primazia nas instituições do sistema financeiro global. Na perspectiva liberal-internacionalista, as alianças estabelecidas pelos Estados Unidos são fonte de poder, assim como os valores liberais que as sustentam. Contudo, na sua versão mais conhecida, a literatura sobre “ordem liberal internacional” assemelha-se a uma justificativa da hegemonia dos Estados Unidos, ao pontuar benefícios globais supostamente decorrentes desta primazia e ao defender a superioridade dos valores ocidentais (Parmar, 2018).

Ademais, a ideia de crise da ordem liberal é bastante ampla e abrange fenômenos diversos – internos e externos aos Estados. Entre estes, cabe ressaltar o surgimento de movimentos de direita radical nos Estados Unidos e na Europa, que contestam valores liberais desde o centro do sistema, as mudanças e dificuldades de liderança desde os Estados Unidos e o fortalecimento de potências médias, com incipiente articulação entre si (Cooley; Nexon, 2020; Sanahuja; López Burian, 2020). Portanto, a discussão sobre crise da ordem vai além da variável que interessa nesse texto, a rivalidade interestatal entre grandes potências.

Por fim, o conceito de “competição estratégica” é mais voltado para a formulação de políticas e compõe as declarações oficiais do governo dos Estados Unidos sobre o momento contemporâneo (United States, 2022). Por meio de uma investigação conceitual, Winkler (2023) mostra que não existe uma definição consensual deste termo, para além da descrição de um espectro que abrange desde cooperação até conflito armado entre grandes potências. A noção de “competição estratégica” surgiu nos anos 1970 e, naquele momento, relacionava-se com a busca de gerir as rivalidades entre Estados Unidos e União Soviética, limitar as possibilidades de desastre nuclear e instituir mecanismos de controle de armamentos (Winkler, 2023).

Contudo, o conceito foi retomado com outro significado durante a disputa presidencial norte-americana de 2000, quando o então candidato George W. Bush criticava a política de acomodação frente à China e defendia uma postura mais agressiva, o que envolvia a caracterização como “competidor estratégico”. Nesse momento, “competição estratégica” ganhava significado ao ser contrastado com o conceito de “parceria estratégica”. Abandonado no contexto da Guerra ao Terror, o conceito foi retomado durante o governo de Donald Trump, fazendo referência a uma política de confrontar a China em uma estratégia que envolvia todo o governo (*whole-of-government approach*) (WINKLER, 2023). Durante o governo Biden, o conceito continua a guiar a estratégia de segurança dos Estados Unidos, sendo a política de rivalizar com a China um dos poucos consensos bipartidários hoje existentes.

Assim, entende-se aqui o conceito de “competição estratégica” como uma situação que amalgama cooperação e conflito entre grandes potências, em um contexto estrutural de diminuição da lacuna de poder entre elas, ao passo que a potência hegemônica não pretende abrir mão de sua primazia. A competição estratégica não é apenas militar, mas envolve dimensões econômicas, de disputa tecnológica, controle de infraestrutura e competição ideológica (Brands; Berg, 2021).

Este conceito será utilizado nesta pesquisa, mas é importante ter clareza que se trata não apenas de forma de descrição da realidade, também é uma forma de moldá-la, uma vez que compõe a prática política e estratégica estadunidense (Winkler, 2023). Esta opção foi feita em razão de que, apesar da discussão conceitual ainda ser incipiente, este termo é mais específico que “ordem liberal

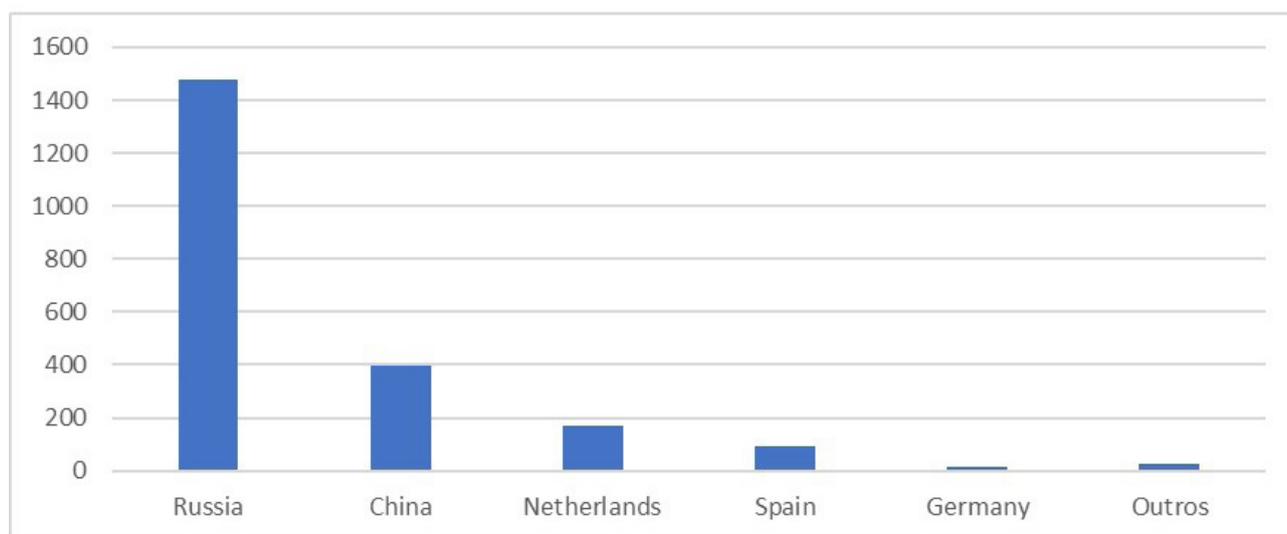
internacional” e não traz o peso histórico de “nova guerra fria”. A “competição estratégica” mostra-se presente no sentido de que, como será elaborado na próxima seção, as principais potências – e não apenas os Estados Unidos - se percebem imersas em uma disputa, descrevendo-se mutuamente como desafios ou ameaças.

Definido em linhas gerais o contexto de competição estratégica, cabe perguntar: qual o lugar da América do Sul nesta disputa? A literatura converge em apontar que a região não é prioritária na competição estratégica entre China e Estados Unidos, sendo que a atenção primordial recai sobre a região do Indo-Pacífico, espaço geográfico que se localiza entre a China e a Índia, e onde a primazia dos Estados Unidos é vista como imediatamente ameaçada pela maior assertividade chinesa (Pautasso; Cepik, 2022; United States, 2017, 2022).

Todavia, a América do Sul não fica alheia a essas transformações na política internacional. A região importa para a China em razão das intensas relações econômicas e pode representar um contraponto à projeção de poder estadunidense no Indo-Pacífico (Bernal-Meza, 2020). Embora não seja a área central de disputas, os Estados Unidos contam com burocracias específicas para manter sua influência regional, sendo que há divisões no Departamento de Estado, Defesa e em outras agências estatais específicas para a região (Long, 2016). As relações comerciais com a potência também se mantêm relevantes, assim como os contatos entre os militares, policiais, e outras agências estatais (Milani, 2021).

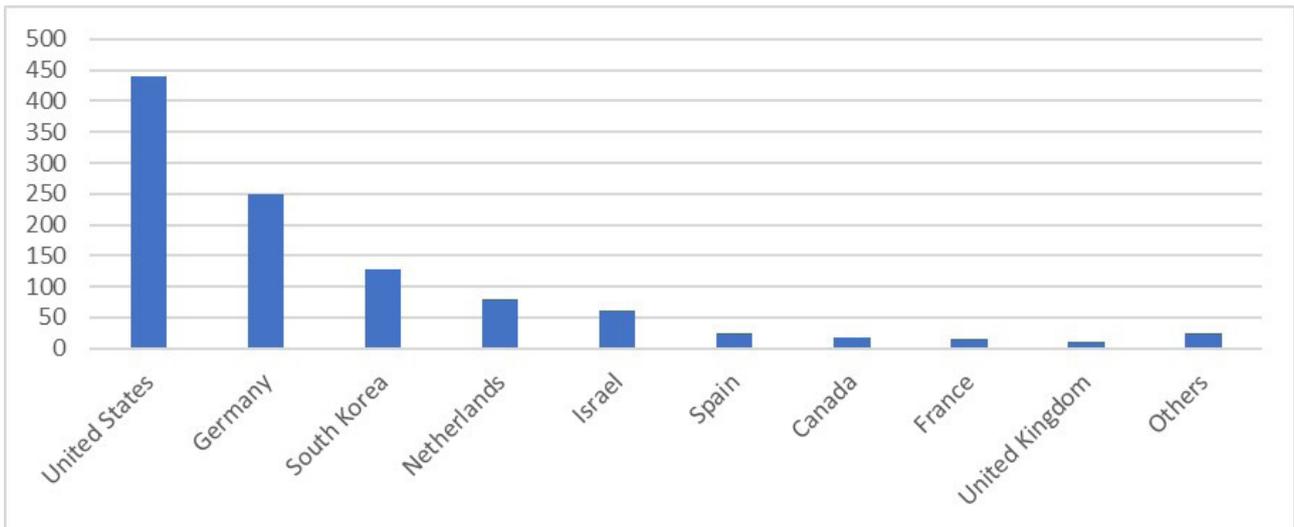
Ao olhar os dados sobre importação de sistemas de armas pelos países da América do Sul na última década, percebe-se que os países europeus e os Estados Unidos são fornecedores relevantes, mas a Rússia tem ganhado espaço. Para exemplificar, podem-se destacar os casos de Venezuela, que importa armamentos especialmente de China e Rússia, e os casos de Brasil e Colômbia, com tendência à importação de Europa e dos Estados Unidos – representando o padrão mais comum na região (Sipri, 2023).

Gráfico 1 - Origens dos sistemas de armas importados pela Venezuela entre 2012 e 2022



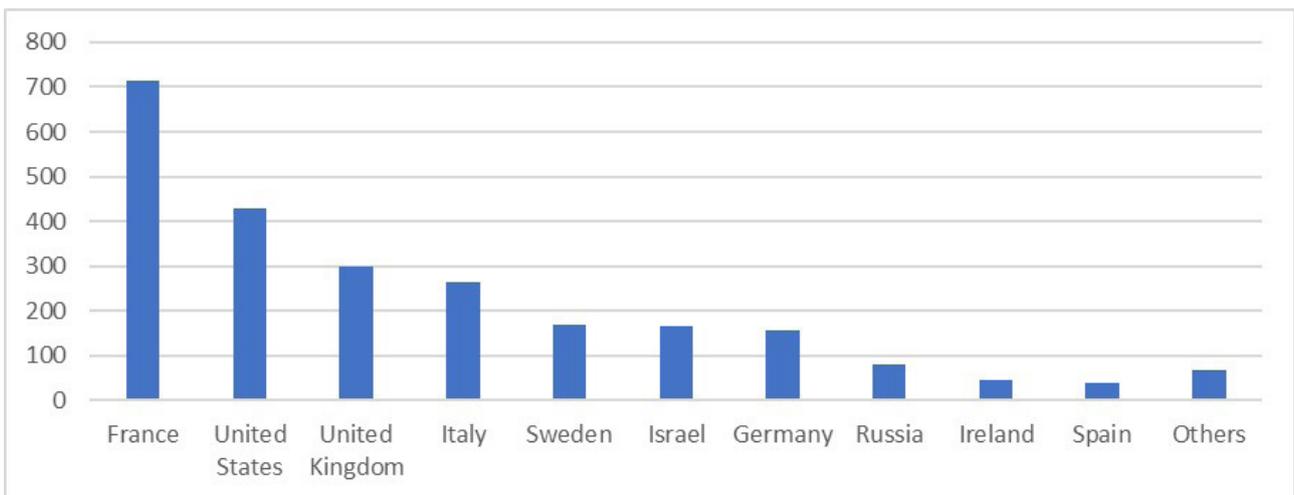
Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados de transferências de armas do SIPRI. Os números são valores do indicador de tendência elaborado pelo SIPRI (TIV) e expressos em milhões de dólares.

Gráfico 2 - Origens dos sistemas de armas importados pela Colômbia entre 2012 e 2022



Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados de transferências de armas do SIPRI. Os números são valores do indicador de tendência elaborado pelo SIPRI (TIV) e expressos em milhões de dólares.

Gráfico 3 - Origens dos sistemas de armas importados pelo Brasil entre 2012 e 2022



Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados de transferências de armas do SIPRI. Os números são valores do indicador de tendência elaborado pelo SIPRI (TIV) e expressos em milhões de dólares.

Neste contexto, nos últimos anos têm surgido os primeiros sinais de uma demanda para que a região se posicione nas disputas em curso. O conflito na Ucrânia sinalizou essa pressão por um posicionamento de solidariedade ao país atacado. Existiram atitudes discrepantes, porém diversos governos reiteraram princípios tradicionais de Política Externa, como não-agressão e não-intervenção, ao mesmo tempo em que se opuseram às sanções lideradas por Washington-DC, com condenação relutante a Moscou em diversos fóruns da Organização das Nações Unidas (ONU) (Long; Schulz, 2022; Mijares, 2022). Contudo, mais de um ano após a invasão russa, persistem a busca estadunidenses e europeias pelo posicionamento regional pró-Occidente e participação indireta no conflito, com a demanda, por exemplo, de envio de armas ou munição para a Ucrânia.

Ao mesmo tempo, a guerra na Europa não é o único ponto de tensão. Nos últimos anos, houve disputas entre China e Estados Unidos, também, no que se refere às tecnologias de informação e comunicação, especialmente relativas à construção de infraestrutura para a implantação da rede móvel de internet 5G (Majerowicz, 2020). Neste caso, existiu pressão estadunidense por formas de regulamentação específica que impedissem a participação de empresas chinesas.

Na próxima seção são analisadas as estratégias de EUA, OTAN, UE, Reino Unido, China e Rússia para a região e busca-se entender como a América do Sul se insere nos documentos e como as relações entre as potências são descritas. Posteriormente, revisaremos a literatura sobre Política Externa Brasileira e, à luz da leitura das estratégias de grandes potências, busca-se analisar implicações estratégicas para o Brasil decorrentes do cenário de competição estratégica.

3 AS ESTRATÉGIAS DE ATORES EXTRARREGIONAIS NA AMÉRICA DO SUL

3.1 Estados Unidos: conter outros atores e estabelecer alinhamentos

A estratégia dos Estados Unidos para a região é orientada pela noção de “negação estratégica”, definida como a busca de “impedir que rivais poderosos alcancem pontos de apoio estratégico na América Latina ou possam prejudicar significativamente a influência dos EUA e a segurança do hemisfério” (Brands; Berg, 2021, p. 4, tradução nossa). Esse objetivo é duradouro, sendo um dos pilares da Doutrina Monroe, enunciada em 1823, e cujos pontos principais eram: i) contrariedade a mudanças no status quo territorial da região; ii) oposição à introdução de sistemas políticos ou ideológicos estrangeiros e iii) negação da intervenção política ou militar de outras potências nas Américas (Spykman, 1942). Tratava-se de uma fórmula para construir e manter a projeção de poder estadunidense e negar espaço a competidores.

Os objetivos regionais dos Estados Unidos também se vinculam e são guiados por sua estratégia global (Smith, 2008), portanto é necessário entender como os documentos oficiais da potência descrevem o contexto de segurança internacional. As administrações Donald Trump e Joe Biden definiram o sistema internacional como caracterizado pelas disputas entre grandes potências e o principal objetivo declarado era a manutenção da primazia. No campo militar, prometiam “garantir que nosso poder militar seja inigualável e totalmente integrado com nossos aliados e nossos instrumentos de poder” (United States, 2017, p. 26, tradução livre).

China e Rússia são identificados como poderes revisionistas e “a competição estratégica interestatal, e não o terrorismo, é agora a principal preocupação de segurança nacional dos EUA” (United States, 2018, p.1, tradução livre). Durante o governo Trump, apontava-se a necessidade de integração de ações em dimensões múltiplas – política, econômica e militar – assim como a atuação interagência. Com relação à China, foram destacadas especialmente suas ações no Indo-Pacífico e, no que se refere à Rússia, na Europa e no Oriente Médio. Ainda assim, os Estados Unidos se declaravam dispostos a colaborar com a China em temas específicos (United States, 2017).

O governo Biden reitera a visão de “competição estratégica” e apresenta de forma mais clara a China como desafio principal, definindo o país asiático como “ameaça duradoura” (*pacing threat*) e a Rússia como “ameaça aguda” (*acute threat*) (United States, 2022b). A China é vista como o único país com capacidade e intenção de modificar a ordem internacional (United States, 2022a, 2022b). A ideia de que se trata também de uma disputa de valores, que já aparecia na NSS de 2017,

é intensificada a partir da narrativa de uma competição entre Estados democráticos *versus* Estados autoritários (United States, 2022a).

O conceito de dissuasão integrada é um dos pontos centrais levantados pela National Defense Strategy (NDS) de 2022, sendo definido como o uso de “todas as ferramentas à disposição do Departamento, em estreita colaboração com nossos homólogos do governo dos EUA e com aliados e parceiros, para garantir que inimigos em potencial entendam a insensatez da agressão” (United States, 2022b, p. iv, tradução livre). Trata-se de uma estratégia que traz para primeiro plano elementos como: a atuação interagências, a interoperabilidade, a construção e o fortalecimento de parcerias para garantir o poder dos Estados Unidos e conter a percebida expansão chinesa.

A competição entre grandes potências não é o único desafio estratégico identificado pelo governo Biden, pois desafios compartilhados e transnacionais – mudança climática, pandemias, crises econômicas – também são enfatizados e entende-se que a cooperação é essencial para lidar com estas questões. Nestes casos, é aberta a possibilidade de cooperação mesmo com os “rivais geopolíticos” (United States, 2022a). A estratégia fala em coexistência pacífica e em competição responsável, porém há poucos avanços, sendo a tendência principal de acirramento de rivalidades.

A América do Sul aparece nos documentos declaratórios de defesa e segurança dos Estados Unidos como parte do “Hemisfério Ocidental”, recorte geográfico que engloba as Américas como um todo. Os documentos postulam que um hemisfério estável reduziria as ameaças para a potência, apontam que essa é a região que mais diretamente afeta a segurança dos Estados Unidos e propõem a continuidade de parcerias para construir capacidades, promover segurança e estabilidade (United States, 2022b).

Os desafios identificados pelo governo Trump em relação à região foram organizações criminosas transnacionais, regimes autoritários e a “influência maligna de forças não-hemisféricas”, China e Rússia (United States, 2017, p.51, tradução livre). A articulação entre os competidores no plano global e a Venezuela, também, é citada como desafio. As ações propostas foram isolar Estados que não agem de formas “responsáveis”, promover o “comércio justo” e reformas econômicas pró-mercado, ampliar a cooperação em segurança pública e justiça. Durante o governo Biden, também foram destacados desafios de segurança de caráter interno – organizações criminosas – e externos – interferência ou “coerção” de “atores malignos”, citando Rússia, China e Irã. A proposta continua sendo o fortalecimento de parcerias e há destaque para os esforços de mudança de regime/democratização em Venezuela, Nicarágua e Cuba (United States, 2022a).

Essas questões são reiteradas também nos discursos dos comandantes do U.S. Southern Command (Comando Sul), cuja área de atuação se estende da fronteira sul do México à Patagônia. No que se refere à China, são percebidos como desafios estratégicos: o investimento em estruturas críticas, especialmente portos, instalações espaciais e cyber; a presença da Huawei na infraestrutura de internet móvel 5G na região; o uso de equipamentos e tecnologias chinesas em sistemas urbanos de vigilância; a importação de minerais estratégicos; a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada. Com relação à Rússia, há preocupação especialmente com supostas campanhas de desinformação e com as parcerias estabelecidas com Cuba, Venezuela e Nicarágua (Richardson, 2023).

A percepção de China e Rússia como desafios tem organizado a estratégia do Comando Sul, contudo outras ameaças continuam a aparecer, especialmente o crime organizado transnacional. Por vezes, a narrativa articula fragilidades regionais e a presença de potências externas, argumentando que a corrupção ou instituições frágeis seriam uma porta de entrada para a influência chinesa e russa (que, por sua vez agravaria tais problemas) (Milani, 2022). A narrativa de Estados autoritários versus

Estados democráticos também é instrumentalizada e a presença de China e Rússia é apontada como um desafio à manutenção da democracia no Hemisfério (Richardson, 2023).

As ações propostas para lidar com tais ameaças envolvem a ampliação das parcerias, alianças regionais e ação coletiva, com o objetivo de que o Comando Sul se mantenha como o “parceiro preferido” para a cooperação militar (Richardson, 2023). Uma das maneiras identificadas de fazê-lo é por meio da cooperação e assistência em segurança, envolvendo treinamentos e exercícios conjuntos, programas de formação de oficiais nos Estados Unidos, transferência de armamentos, compartilhamento de inteligência, entre outras iniciativas (Richardson, 2023).

De acordo com Ellis (2019), a cooperação em segurança promove efeitos relacionais, definidos como a expectativa de comportamento desejado a partir do trabalho conjunto, além de condições que parceiros ajam de acordo com os objetivos dos EUA, dispensando a ação direta da potência. Assim, a cooperação em segurança é uma das formas que os Estados Unidos utilizam para promover maneiras, ainda que frouxas, de alinhamento.

3.2 Os aliados: OTAN, União Europeia e Reino Unido

Entender a projeção estratégica europeia na América do Sul é importante por uma série de razões. Em primeiro lugar, há o histórico de colonização e seus legados, hoje manifestos na influência cultural e, inclusive, na existência de domínios ultramarinos. Ademais, os países europeus são relevantes para a região em termos de comércio e investimentos. Por fim, conforme comenta Rouquié (1984), nos anos 1960 e 1970, quando havia descompasso com os Estados Unidos no fornecimento de sistemas de armas, os países europeus eram demandados como fornecedores alternativos pelos países sul-americanos.

O mesmo ocorreu nos anos 2000, quando o Brasil optou pela construção de parcerias estratégicas com França e Suécia, por entender que haveria maiores vantagens em transferência de tecnologia nos processos de renovação da frota de submarinos e caças do país. Por outro lado, a “alternativa” europeia não é uma real diversificação de parcerias, já que são, em geral, países membros da OTAN, a qual compõe a hegemonia norte-americana.

De acordo com o último conceito estratégico publicado pela aliança, a área estratégica privilegiada é a Euro-Atlântica, a principal ameaça identificada é a Rússia e há uma sinalização de que a estabilidade do norte da África, no Oriente Médio e no Indo-Pacífico é relevante para a segurança europeia, mas não há menções à América do Sul. O documento ainda reproduz a narrativa estadunidense de uma disputa global entre Estados democráticos e Estados autoritários, e aponta as ambições e as políticas chinesas como desafios estratégicos. Assim como os Estados Unidos, a OTAN entende China e Rússia como desafios à ordem internacional baseada em regras (NATO, 2022). Embora a OTAN tenha como núcleo o Atlântico Norte, a aliança mantém um projeto de “parcerias globais”, à qual a Colômbia aderiu em 2017 (NATO, 2021).

De forma semelhante, o último documento de planejamento estratégico publicado pela União Europeia, o *Strategic Compass for Security and Defence* aponta que a Rússia está “minando a segurança e a estabilidade europeia e global” (European Union, 2022, p. 7, tradução livre) e que a China seria “um parceiro para a cooperação, um competidor econômico e um rival sistêmico” (European Union, 2022, p. 8, tradução livre). O documento faz menções diretas a construção de parcerias com a América Latina, mas a região aparece em último lugar, depois de comentários sobre a importância de África, Oriente Médio, Indo-Pacífico e Ásia. Embora o documento destaque parcerias com instituições

multilaterais na África e na Ásia, o mesmo não ocorre com a América Latina, referente à qual há comentários gerais e uma menção específica à Colômbia e ao Chile. O documento identifica ameaças transnacionais vindas da região e aponta a necessidade de ampliar a cooperação:

Devemos aprofundar nossa parceria com a América Latina, construindo a partir dos diálogos específicos de segurança e defesa com a Colômbia e o Chile. Reconhecendo que parceiros na América Latina contribuíram com a CSDP [Política Comum de Segurança e Defesa], missões e operações, podemos fazer mais coletivamente para assisti-los a conter ameaças híbridas, ataques cibernéticos e o crime organizado, assim como engajá-los no diálogo sobre clima, segurança e segurança marítima. Nosso objetivo é também promover ainda mais a participação de países da América Latina e do Caribe em esforços de segurança e defesa da União Europeia (European Union, 2022, p. 43, tradução livre)

As passagens do documento da UE sobre a América Latina mostram duas facetas de uma mesma moeda: o interesse em aumentar a cooperação com a região e a menor importância estratégica atribuída a esse objetivo quando em comparação a outras regiões. Por outro lado, algumas iniciativas, a exemplo da retomada do Fórum União Europeia-Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), cuja última reunião ocorreu em julho de 2023, e o renovado interesse do bloco por matérias-primas relevantes para o processo de transição energética – como o lítio – sinalizam a possibilidade de retomada da importância estratégica da região para a Europa.

Entre os membros da UE, destaca-se o caso da França, que tem projeção estratégica para a América do Sul a partir do Departamento Ultramarino da Guiana Francesa. A França mantém uma base de lançamento de foguetes e posiciona contingentes militares no território, incluindo meios das três forças (Da Silva, 2018). De acordo com o site do Ministério da Defesa francês, as Forças Armadas na Guiana (FAG) contam com um contingente de 2100 militares, mais 200 civis da Defesa, e tem como principais objetivos declarados – além da proteção da soberania – a proteção do centro espacial da Guiana e as lutas contra o garimpo a pesca ilegal e o tráfico de ilícitos (France, [s.d.]). A França busca cooperação com o Brasil nesses temas.

Por fim, o Reino Unido pós-Brexit lançou em 2021 uma nova estratégia denominada “Global Britain in a competitive age”, o que já mostra o diagnóstico compartilhado de competição global e a ambição britânica em aumentar sua projeção estratégica para além da Europa e do Atlântico Norte. Ao mesmo tempo, o documento reafirma os Estados Unidos como principal aliado. A retórica de competição estratégica e de uma disputa entre Estados democráticos e autoritários também é reproduzida neste documento, assim como a ênfase no Indo-Pacífico (United Kingdom, 2021).

A estratégia britânica destaca a intenção de ampliar parcerias com a América Latina e ressalta as parcerias bilaterais com Brasil, México, Argentina, Chile e Colômbia. Quando são enumerados esforços regionais, a América Latina aparece por último, depois de Europa, Indo-Pacífico, África e Oriente Médio. Temas como combate ao crime organizado, à corrupção e à proteção ao meio-ambiente aparecem como centrais para a relação do Reino Unido com a região. Por fim, o Reino Unido ressalta que continuará defendendo sua soberania nas Ilhas Malvinas (United Kingdom, 2021).

Cabe também destacar a projeção estratégica britânica no Atlântico Sul. O Reino Unido conta com os legados do Império, manifestos na presença militar e nas possessões insulares de Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, Malvinas/Falklands, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, sendo que “as três últimas são objeto de disputa de soberania com a Argentina, sendo o principal foco de tensão político-militar interestatal” no Atlântico Sul (Da Silva, 2018, p. 120). O Reino Unido possui um comando conjunto dedicado à defesa das ilhas e, após a Guerra das Malvinas, houve a construção

de uma base aérea, assim como há notícias de patrulha na região por submarino nuclear. A manutenção da projeção na área é interessante aos britânicos em razão de interesses econômicos – exploração de petróleo e pesca – e estratégica, ao permitir projeção para a Antártida (Da Silva, 2018).

Assim, de forma geral, pode-se perceber que a América do Sul não é uma prioridade estratégica para Europa, já que a ênfase é colocada em regiões geograficamente mais próximas ou na competição estratégica global. Contudo, ao mesmo tempo, os vínculos entre o continente e a América do Sul são históricos e se manifestam de diferentes formas, como intercâmbios acadêmicos e culturais, migrações, comércio e investimentos, além da transferência de armamentos, das parcerias estratégicas e da histórica projeção estratégica.

3.3 China: desenvolvimento e expansão

Nos últimos anos, a China tornou-se uma referência obrigatória para analisar a política internacional nas Américas. Embora a intensificação das relações com os países sul-americanos seja relativamente recente, é bastante significativa, especialmente do ponto de vista econômico. Assim, importa entender como o país tem formulado sua Política Externa e de Segurança, posicionando-se frente às outras potências e como a região se integra em sua estratégia.

Nos anos 1990 e início dos anos 2000, a Política Externa chinesa poderia ser considerada defensiva, tendo em vista que buscava a preservação de um sistema de governo e um modelo econômico próprio em um cenário marcado pela expansão da democracia liberal e do neoliberalismo econômico (Pecequillo; Forner, 2017), tendo como base as particularidades regionais e globais deste espaço geopolítico e geoeconômico, a atualização da política externa chinesa e da postura militar norte-americana na Ásia no período de 2009-2017. A Política Externa era caracterizada por cautela e descrição, visava evitar desconfiança sobre seu crescimento econômico, descrito por suas lideranças como um processo de “desenvolvimento pacífico” (Zhu, 2016). Esse paradigma pode ser sintetizado na ideia de “manter um perfil baixo” (*keeping a low profile*) e o principal objetivo era a manutenção de um ambiente internacional pacífico, compatível com o crescimento econômico do país. A estratégia guiava-se por princípios como não-alinhamento, não-liderança e priorização das relações com os Estados Unidos (Xuetong, 2014).

Contudo – em um contexto no qual as reticências ocidentais se mantinham e as disputas marítimas com países vizinhos cresciam – houve uma mudança significativa a partir de 2013, quando a ideia de “luta pelo sucesso” (*striving for achievement*) tornou-se o conceito central que organiza a Política Externa do país (Xuetong, 2014). Em um contexto no qual os objetivos nacionais principais – como definidos pela cúpula do Partido Comunista – referem-se à busca de “rejuvenescimento nacional”, entendido como aumento do poder nacional, tem tomado forma uma Política Externa mais assertiva, que busca criar as condições necessárias a esse objetivo, incluindo a conquista de aliados e a modificação (e não apenas a adaptação) do contexto internacional.

Nos últimos anos, e conforme se intensifica a competição estratégica perpetrada pelos Estados Unidos, as lideranças chinesas têm se tornado mais críticas do poder estadunidense. Um exemplo foi a confecção de um documento intitulado “A Hegemonia dos EUA e seus Perigos”, divulgado pelo Ministério das Relações Exteriores, que critica “o abuso de hegemonia pelos EUA nos campos político, militar, econômico, financeiro, tecnológico e cultural” e aponta “os perigos decorrentes de práticas dos EUA para a paz e estabilidade mundial e o bem-estar de todos os povos” (China, 2023, s/p, tradução livre). De certa forma, o documento apresenta os Estados Unidos como

fonte de agressão e exploração, enquanto a China serviria à paz, ao desenvolvimento e à promoção de benefícios mútuos (China, 2023, s/p).

Essa crítica à atuação dos Estados Unidos também se estende à América Latina, pois a China denuncia a interferência política na região, o bloqueio econômico à Cuba e a tentativa de mudança de regime na Venezuela (China, 2023). Uma consideração que precisa ser feita corresponde ao fato de que as prioridades de atuação internacional chinesa – especialmente em sua dimensão estratégica – concentram-se na região da Ásia-Pacífico, onde há ambição de ampliar a projeção estratégica e gerir os conflitos com países vizinhos, como nos casos de Índia, Japão, Taiwan e na região do Mar do Sul da China. Ademais, o *white paper* sobre cooperação para o desenvolvimento chinês mostra um predomínio dos acordos e projetos de cooperação com países asiáticos e africanos e uma quantidade menor com os latino-americanos (China, 2021). Contudo, a política externa do país se tornou global e a América Latina importa como fonte de grãos – essenciais para a segurança alimentar chinesa – e minérios.

Para a região, a retórica chinesa – que visa legitimar sua expansão econômica – é marcada pelas ideias de cooperação Sul-Sul, ganhos mútuos, complementariedade e pela noção de que o país asiático e os latino-americanos compartilhariam características comuns, por serem países em desenvolvimento (Bernal-Meza, 2020). Essa narrativa também se apresenta na Política Externa chinesa de forma geral, sendo que o país declara uma visão baseada na noção de “comunidade global de futuro compartilhado”, desencadeada pela interdependência e conexão (China, 2021).

De acordo com o primeiro *policy paper* específico para a região, de 2008, “a China e a América Latina e o Caribe estão distantes um do outro, [mas] os dois povos desfrutaram de uma amizade consagrada pelo tempo. Os dois lados estão em um estágio semelhante de desenvolvimento e enfrentam a tarefa comum de alcançar o desenvolvimento” (China, 2008, p. 1, tradução livre). Os objetivos declarados para a região eram: i) promoção do respeito e confiança mútuos, assim como a expansão do espaço estratégico comum, ii) aprofundamento da cooperação e dos ganhos mútuos, iii) avanço do intercâmbio e do progresso compartilhado, iv) promoção do princípio de uma só China e v) ampliação da cooperação abrangente (China, 2008).

Oito anos depois, o segundo *policy paper* divulgado descreve as relações como baseadas em “equidade e benefícios mútuos” e em “parceria abrangente e cooperativa [...], orientada para o desenvolvimento comum” (China, 2016, s/p). O texto de 2016, é mais enfático na ideia de que a China apoia mecanismos de coordenação e cooperação regional, o que se manifestou na articulação China-CELAC.

Embora as relações China-América Latina tenham se desenvolvido especialmente do ponto de vista econômico, os *policy papers* deixam claro o objetivo de tornar a cooperação abrangente, envolvendo áreas diversas como cooperação para o desenvolvimento, educação, mídia, coordenação em política internacional e cooperação em segurança e defesa. Os *policy papers* organizam as relações nas seguintes dimensões: i) campo político, ii) campo econômico, iii) aspectos sociais, iv) aspectos culturais e relações interpessoais, v) colaboração internacional e vi) paz, segurança e temas jurídicos. Neste último caso, as referências são a intercâmbios militares e diálogo, cooperação e assistência em defesa (China, 2008, 2016).

A retórica de cooperação Sul-Sul e benefícios mútuos pela China esconde as assimetrias existentes nas relações entre China e América Latina, que tem se assemelhado às relações com o Norte Global pelo padrão de trocas comerciais e pelo maior desenvolvimento econômico, científico e tecnológico chinês (Bernal-Meza, 2020; Jenkins, 2012). Assim como nos casos de Estados Unidos e Europa, a narrativa busca legitimar sua atuação regional, atrair novos parceiros ou consolidar a aproximação.

3.4 Rússia: multipolaridade e jogos de soma zero

Para a Rússia, a América do Sul importa em termos de romper seu isolamento internacional e diminuir a pressão das sanções impostas por potências ocidentais. Nos últimos anos, tem havido uma tendência de aproximação diplomática com diversos países da região, o que se materializou nas relações com o Brasil por meio do fórum BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Também há aproximação no plano estratégico-militar com a Venezuela, considerando a América do Sul, e com Cuba e Nicarágua, considerando América Central e Caribe.

No último conceito de Política Externa publicado pela Federação Russa, divulgado em 31 de março de 2023, o país se define como uma potência Euroasiática e Euro-Pacífica, cuja missão seria “manter o equilíbrio global de poder e construir um sistema internacional multipolar” (Russia, 2023, s/p, tradução livre). O documento ressalta a proteção não apenas de cidadãos russos, mas também daqueles “compatriotas” que compartilham a cultura russa. Nesse sentido, é afirmado que as Forças Armadas podem ser usadas para proteger cidadãos no exterior.

A ideia de um mundo multipolar também aparece em discursos de países latino-americanos, o que mostra alguma convergência diplomática entre a potência e a região (Ciccarillo, 2016). O documento apresenta o diagnóstico de uma transição de poder, com difusão para além das potências Ocidentais tradicionais, o que causa resistência por parte destas. Assim, é destacado que a Federação Russa pretende “eliminar os vestígios de dominação pelos EUA e outros estados hostis nos assuntos globais [...]” (Russia, 2023, s/p, tradução livre).

Há importante ênfase na competição estratégica global, quando o documento descreve os países europeus e os EUA como nações não-amigáveis. Sobre os primeiros, declara-se que “a maioria dos estados europeus segue uma política agressiva em relação à Rússia com o objetivo de criar ameaças à segurança e soberania da Federação Russa” (Russia, 2023, s/p, tradução livre). Os Estados Unidos são descritos como “o principal inspirador, organizador e executor da agressiva política anti-russa do Ocidente coletivo, fonte de grandes riscos para a segurança da Federação Russa [...]” (Russia, 2023, s/p, tradução livre).

O documento dedica uma sessão às prioridades regionais de Política Externa russa, listadas na seguinte ordem: Estrangeiro Próximo (*Near Abroad*), Ártico, Eurásia (China e Índia), Ásia-Pacífico, Mundo Islâmico, África, América Latina e Caribe, Europa, EUA e países anglo-saxões, Antártida. Há assim, a prioridade central são regiões vizinhas ao país. As prioridades relacionadas à América Latina são descritas da seguinte forma:

- 1) apoiar os Estados latino-americanos sob pressão dos Estados Unidos e seus aliados interessados em garantir a soberania e a independência, inclusive por meio da promoção e expansão da segurança, cooperação militar e técnico-militar; 2) fortalecer a amizade, o entendimento mútuo e aprofundar a parceria multifacetada e mutuamente benéfica com a República Federativa do Brasil, a República de Cuba, a República da Nicarágua, a República Bolivariana da Venezuela, desenvolvendo relações com outros estados latino-americanos, levando em consideração o grau de independência e construtividade de sua política em relação à Federação Russa; 3) aumentar o comércio mútuo e os investimentos com os Estados latino-americanos e caribenhos, inclusive por meio da cooperação com a Comunidade dos Estados latino-americanos e caribenhos, o Mercado Comum do Sul, o Sistema de Integração Centro-Americana, a Aliança Bolivariana para os Povos das Américas, a Aliança do Pacífico e a Comunidade do Caribe; 4) ampliar os vínculos culturais, científicos, educacionais, esportivos, turísticos e outros laços humanitários com os Estados da região (Russia, 2023, s/p, tradução livre).

Chama a atenção como a primeira prioridade declarada relaciona-se de forma clara com as relações EUA-Rússia, onde a Rússia se mostra, ao menos no discurso, menor preocupação em evitar reações negativas da potência hegemônica, e bem como percebe que tais relações são como jogos de soma zero, inclusive na América Latina. Assim, é possível que a projeção russa na América Latina seja pensada como um contraponto à crescente e consolidada presença dos Estados Unidos e da Europa Ocidental no entorno estratégico russo.

4 IMPLICAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O BRASIL

A análise inicial das Políticas Externa e de Segurança das potências mostra como estas tem se percebido mutuamente como ameaças e desafios no plano global. Também na América Latina, enquanto os Estados Unidos nomeiam China e Rússia como ameaças, a Rússia promete apoiar esforços de defesa da soberania contra investidas norte-americanas. A China, por sua vez, busca não explicitar noções de ameaça ou de jogos de soma zero, mas não se mostra propícia a ceder para Washington e tem, cada vez mais, criticado a “hegemonia” estadunidense. Esses elementos indicam que há uma percepção – ainda que incipiente – de desafio hegemônico na América Latina. Esta tende a impactar na tomada de decisão e nas ações estratégicas dos atores mais relevantes deste processo (Paz, 2012).

Assim, para o Brasil, torna-se cada vez mais complexo colocar em prática uma política externa de diversificação de parcerias, que parece ser o caminho elegido pelo governo atual. Ao analisar o histórico da Política Externa Brasileira, Maria Regina Soares de Lima (1994), divide-a em dois paradigmas distintos: o da “aliança especial” e o do “globalismo” – no primeiro caso, o eixo estruturante são as relações com os Estados Unidos e, no segundo, a busca por diversificação de parcerias. O paradigma das “relações especiais” pressupõe um diagnóstico de hegemonia dos Estados Unidos e de possíveis benefícios da maior proximidade com a potência. Já o paradigma globalista, entende que possíveis benefícios das relações com os Estados Unidos seriam provenientes de um aumento da capacidade de barganha nacional, o qual dependeria da articulação com outros Estados do Sul Global (Lima, 1994).

No caso dos dois primeiros governos Lula, predominou a tendência de balizar-se pelo paradigma globalista. Vigevani e Cepaluni (2007) definem a estratégia de Política Externa daquele momento como baseada na “autonomia pela diversificação”, cujo objetivo era ampliar margens de manobra no processo decisório nacional por meio de parcerias com países do Sul Global. Atualmente, o governo entende a estratégia de atuação internacional dessa mesma maneira, como evidenciado pelo discurso de posse e pelas ações colocadas em prática até o momento.

Contudo, para pensar o momento contemporâneo e as questões mais específicas relacionadas à Defesa, cabe fazer algumas considerações sobre os desafios do momento atual. Em primeiro lugar, embora o aumento das relações com potência externas – e seu interesse pela região – possa representar tanto obstáculos como oportunidades para o Brasil, o acirramento das rivalidades entre elas torna mais difícil a diversificação de parcerias. Isso ocorre porque posições de equidistância ou de neutralidade tendem a ser vistas com maior desconfiança, especialmente pelas potências tradicionais que demandam sinais de alinhamento.

Atualmente, a retórica estadunidense de países democráticos *versus* autoritários cria dificuldades adicionais para a diplomacia brasileira, pois diversificar parcerias implica negociar com todos os países, independentemente de seu regime interno. O governo tem, portanto, valorizado a relação com países categorizados como “autoritários”, desde a perspectiva estadunidense. Assim, tanto

a retórica e o agravamento da competição estratégica, como a narrativa maniqueísta estadunidense, não interessam ao Brasil, que parece buscar esquivar-se de tais dinâmicas.

As questões relativas à Defesa são mais sensíveis e também são marcadas por dinâmicas próprias. Em primeiro lugar, transferências de armamentos – assim como instalações de infraestrutura de uso dual por potências não-ocidentais – são alguns dos fenômenos que tendem a ser lidos como desafios estratégicos pelas potências tradicionais. Assim, a diversificação de parcerias é mais complexa quando se trata da Defesa. No caso do Brasil, historicamente, a busca por novos parceiros foi bastante limitada e – quando ocorreu – centrou-se na busca de parcerias estratégicas com países europeus, os quais, como visto, tendem a alianças com os Estados Unidos no plano estratégico.

As relações entre militares estabelecidas pelo Brasil – como treinamentos, exercícios conjuntos, intercâmbios no âmbito da educação militar – tendem a ser centrados em tais países e, especialmente nos Estados Unidos, gerando uma situação de dependência estratégica (Penido; Milani; Wietchoski; *forthcoming*). Essa tendência, inclusive, foi ampliada nos últimos anos, com o incremento de exercícios de treinamento conjunto entre Brasil e Estados Unidos, realizados tanto no território nacional, como no daquela potência. Ainda mais grave, existem tecnologias sensíveis cujo mercado é dominado pelos Estados Unidos, que colocam empecilhos para a compra ou transferências por países que entendem como suspeitos.

O grande desafio, portanto, mostra-se em conciliar o objetivo de diversificação de parcerias e de formulação de uma Política Externa e de Defesa autônoma, sem que essas ações gerem suspeitas nos parceiros estratégicos tradicionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto ao logo do artigo, a América do Sul não é considerada uma região prioritária para a atuação estratégica de grandes potências, embora seja importante em razão de *commodities* encontradas, do intercâmbio comercial e do potencial da região. De forma geral, há algumas semelhanças presentes nos documentos declaratórios das potências selecionadas. Em primeiro lugar, a subdivisão “América do Sul” não é utilizada por nenhuma das potências: as principais referências são à “América Latina” e, no caso dos Estados Unidos, ao Hemisfério Ocidental. Promover a subdivisão geopolítica “América do Sul” importa para o Brasil, uma vez que as regiões da América Central e do Caribe são mais próximas dos Estados Unidos e mais relevantes para a segurança nacional desse país e, em consequência, sua autonomia é mais impactada.

Em segundo lugar, cabe ressaltar a percepção de competição estratégica e desconfiança mútua, presente também nos documentos de todas as potências analisadas. Enquanto os Estados Unidos nomeiam explicitamente China e Rússia como ameaças, os países europeus têm como principal foco a noção de ameaça russa e veem maiores possibilidades de cooperação com China, especialmente no âmbito econômico. Rússia e China, por sua vez, criticam o abuso de poder pelos Estados Unidos. Essas percepções mútuas mostram a tendência de que a competição estratégica não seja passageira, pois há reforço mútuo de visões negativas.

Em terceiro lugar, as potências em geral buscam a construção de parcerias, ainda que flexíveis, com os países do Sul Global, entre os quais, os latino-americanos. Para os Estados Unidos, a principal forma declarada de reagir à presença de potências extrarregionais no Hemisfério é por meio do reforço de parcerias, sendo que o Comando Sul passa a ter maior protagonismo na Política Exterior do país. China, Rússia e Europa também parecem dispostos a aumentar as conexões com a

região, inclusive nos âmbitos da segurança e da defesa.

Contudo, embora essa situação possa implicar maior oferta de parcerias para os países sul-americanos, a rivalidade entre as potências impõe constrangimentos, já que os contatos tendem a ser vistos como excludentes e as relações entre elas são vistas como jogos de soma zero. Assim, para o Brasil, que busca uma estratégia de atuação internacional baseada na diversificação de parcerias, o desafio é conseguir ampliar essa estratégia para o campo da Defesa e, ao mesmo tempo, manter relações cordiais e positivas com os parceiros tradicionais.

REFERÊNCIAS

- BERNAL-MEZA, R. Conclusion: China and Latin America in the Global Political Economy: The Development of a New Core- Periphery Axis. In: BERNAL-MEZA, R.; XING, L. (Eds.). . **China–Latin America Relations in the 21st Century**. [s.l.] Palgrave Macmillan, 2020.
- BRANDS, H.; BERG, R. C. The Return of Geopolitics: Latin America and the Caribbean in an Era of Strategic Competition. **Jack Gordon Institute Research Publications**, v. 37, p. 26, 2021.
- CHINA. MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. **US Hegemony and Its Perils**.
- CHINA. THE STATE COUNCIL. **China’s International Development Cooperation in the New Era**.
- CHINA. **Full text: China’s Policy Paper on Latin America and the Caribbean**. Disponível em: <https://www.chinadaily.com.cn/china/2008-11/06/content_7179488_2.htm>. Acesso em: 11 ago. 2023.
- CHINA. **Full text of China’s Policy Paper on Latin America and the Caribbean**.
- CICCARILLO, S. G. The Russia-Latin America Nexus: Realism in the 21st Century. **Review of International Studies**, v. 47, p. 25–45, 2016.
- COOLEY, A.; NEXON, D. **Exit from Hegemony. The Unraveling of the American Global Order**. New York: Oxford University Press, 2020.
- DA SILVA, M. V. M. Guiana francesa e malvinas: A presença militar da França e do Reino Unido no Atlântico Sul e no continente sul-americano. **Austral: Brazilian Journal of Strategy and International Relations**, v. 7, n. 14, p. 112–137, 2018.
- ELLIS, R. E. The U.S. Military in Support of Latin America and the Caribbean. **PRISM, the journal of complex operations**, v. 8, n. 1, p. 26–40, 2019.
- EUROPEAN UNION. **A Strategic Compass for Security and Defence** Brussels Council of the European Union, , 2022.
- FRANCE. MINISTÈRE DE ARMÉES. **Forces armées en Guyane**. Disponível em: <<https://www.defense.gouv.fr/operations/forces-prepositionnees/forces-souverainete/forces-armees-guyane>>. Acesso em: 11 ago. 2023.
- GARDINI, G. L. **External Powers in Latin America**. New York: Routledge, 2021.
- IKENBERRY, G. J. The end of liberal international order? **International Affairs**, v. 94, n. 1, p. 7–23, 2018.
- JENKINS, R. Latin America and China—a new dependency? **Third World Quarterly**, v. 33, n. 7, p. 1337–1358, 2012.
- LIMA, M. R. S. DE. Ejes Analíticos y Conflicto de Paradigmas en la Política Exterior Brasileña.

América Latina/internacional, v. 1, n. 2, p. 27–46, 1994.

LONG, T. THE UNITED STATES AND LATIN AMERICA: THE OVERSTATED DECLINE OF A SUPERPOWER. **The Latin Americanist**, n. 60, p. 497–524, 2016.

LONG, T.; SCHULZ, C.-A. Latin America, Ukraine, and the Legacies of “Republican Internationalism”. **Global Americans**, p. 1, 8 mar. 2022.

MAJEROWICZ, E. A China e a economia política internacional das tecnologias da informação e comunicação. **Geosul**, v. 35, n. 77, p. 73–102, 2020.

MIJARES, V. The War in Ukraine and Latin America: Reluctant Support. **GIGA Focus | Latin America**, v. June 2022, n. 2, 2022.

MILANI, L. P. US Foreign Policy to South America since 9/11: Neglect or Militarisation? **Contexto Internacional**, v. 43, n. 1, p. 121–146, 2021.

MILANI, P. U . S . Hegemony in Latin America during an Age of Challenges The Perception of Threats by the U . S Southern Command. v. XX, n. 88887, p. 1–17, 2022.

NATO. NATO 2022 Strategic Concept. **NATO. North Atlantic Treaty Organization**, p. 16, 2022.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION. **Relations with Colombia**. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_143936.htm>. Acesso em: 11 ago. 2023.

PARMAR, I. The US-led liberal order: imperialism by another name? **International Affairs**, v. 94, n. 1, p. 151–172, 1 jan. 2018.

PAUTASSO, D.; CEPIK, M. Indo-Pacífico : entre a estratégia estadunidense e a resposta chinesa. **Pensamiento Propio**, v. Volume 26, p. 45–69, 2022.

PAZ, G. S. China , United States and Hegemonic Challenge in Latin America : An Overview and Some Lessons from Previous Instances of Hegemonic Challenge in the Region. **The China Quarterly** /, v. 209, p. 18–34, 2012.

PECEQUILO, C. S.; FORNER, C. N. O Reposicionamento Estratégico Sino-Estadunidense: o Mar do Sul da China (2009/2017). **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 4, n. 2, 30 dez. 2017.

POSEN, B. R. Command of the Commons: The Military Foundation of U.S. Hegemony. **International Security**, v. 28, n. 1, p. 5–46, jul. 2003.

RICHARDSON, L. J. **Statement of General Laura J. Richardson Commander, United States Southern Command Before the 118 Th Congress House Armed Services Committee**, 2023.

ROUQUIÉ, A. **O Estado Militar na América Latina**. 1. ed. Santos: Editora Alfa Omega, 1984.

RUSSIA. **The Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation** Moscow The Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation, , 2023.

SANAHUJA, J. A.; LÓPEZ BURIAN, C. La nueva extrema derecha neopatriota latinoamericana : el internacionalismo reaccionario y su desafío al orden liberal internacional. **Cojuntura Austral Journal of the Global South**, v. 11, n. 55, p. 22–34, 2020.

SIPRI. **SIPRI Military Expenditure Database**. Disponível em: <<https://milex.sipri.org/sipri>>. Acesso em: 1 dez. 2022.

- SMITH, P. **Talons of the Eagle. Latin América, the United States and the World.** New York: Oxford University Press, 2008.
- SPYKMAN, N. J. **America's Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power.** New York: Institute of International Studies Yale University. Harcourt, Brace and Company, 1942.
- STALLINGS, B. China as a New Partner for Latin America: Toward a Diversification of International Relations. In: FORTIN, C.; HEINE, J.; OMINAMI, C. (Eds.). **Latin American Foreign Policies in the New World Order. The Active Non-Alignment Option.** London: Anthem Press, 2023. p. 303.
- TIAN, N. et al. **Trends in World Military Expenditure, 2022.** Stockholm: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.sipri.org/publications/2023/sipri-fact-sheets/trends-world-military-expenditure-2022>>.
- UNITED KINGDOM. **Global Britain in a competitive age. The Integrated Review of Security, Defence, Development and Foreign Policy.** London: HM Government, 2021.
- UNITED STATES. DEPARTMENT OF DEFENSE. **National Defense Strategy** Washington, D.C. The White House, , 2018. Disponível em: <National Defense Strategy of%0AThe United States of America>
- UNITED STATES. THE WHITE HOUSE. **National Security Strategy** Washington, D.C. The White House, , 2017.
- UNITED STATES. THE WHITE HOUSE. **National Security Strategy** Washington, D.C., 2022. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/10/Biden-Harris-Administrations-National-Security-Strategy-10.2022.pdf>>
- UNITED STATES. U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. **2022 National Defense Strategy of the United States of America** Washington, D.C., 2022.
- VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, p. 273–335, 2007.
- WILKINS, T. S. 'Alignment' , not 'alliance' – the shifting paradigm of international security cooperation: toward a conceptual taxonomy of alignment. **Review of International Studies**, v. 38, n. 1, p. 53–76, 12 jan. 2012.
- WINKLER, S. C. Strategic Competition and US–China Relations: A Conceptual Analysis. **The Chinese Journal of International Politics**, 28 jun. 2023.
- XING, L.; BERNAL-MEZA, R. China-US rivalry: a new Cold War or capitalism's intra-core competition? **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 64, n. 1, p. 1–20, 2021.
- XUETONG, Y. From keeping a low profile to striving for achievement. **Chinese Journal of International Politics**, v. 7, n. 2, p. 153–184, 2014.
- ZHU, Z. **China's New Diplomacy. Rationale, Strategies and Significance.** New York: Routledge, 2016.